DOI 105418/RA2018.1424.0006

DEBATE

Coautoria ou orientação? Algumas questões éticas e científicas envolvidas na colaboração acadêmica entre orientadores e orientandos

Co-authorship or supervision? Some ethical and scientific questions involved in the collaboration between academic supervisors and their students

¿Coautoria u orientación? Algunas cuestiones éticas y científicas involucradas en la colaboración académica entre docentes orientadores y sus estudiantes

Marcelo Lopes de Souza
Doutor em Geografia pela Universität Tübingen (Alemanha). Professor titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: mlopesdesouza@terra.com.br

Rafael Luiz Leite Lessa Chaves
Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorando em Geografia e professor substituto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: rafchaves@gmail.com

Thiago Roniere Rebouças Tavares
Mestre em Geografia. Doutorando em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: thiagoroniere@gmail.com

Thiago Wentzel de Melo Vieira
Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPG-CIAC/UFRJ) e mestrando em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: wentzel_bio@hotmail.com

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Resumo

A relação entre orientador e orientando é, sabidamente, assimétrica, e não apenas do ponto de vista da experiência profissional: em matéria de relações de poder, a margem de manobra de que um(a) jovem pesquisador(a) dispõe para dizer "não" a um(a) orientador(a) é, o mais das vezes, pequena, por várias razões. Isto gera uma fragilidade da qual o(a) pesquisador(a) mais velho(a) (e influente) não deveria, em hipótese alguma, se aproveitar. No entanto, a cada vez mais disseminada conversão de orientadores em "coautores natos" dos artigos que seus orientandos submetem a congressos ou periódicos suscita várias questões a propósito da consistência ética dos comportamentos profissionais em nossos ambientes acadêmicos. Longe, porém, de pretendermos conduzir esta discussão em termos moralistas, tencionamos salientar o contexto geral do *produtivismo acadêmico*, que vem engendrando um padrão comportamental crescentemente marcado, por parte de orientadores, por uma questionável apropriação de uma parcela da responsabilidade autoral, enquanto que, no que se refere aos orientandos, não raro se nota uma dimensão de "servidão voluntária" que leva à naturalização de determinadas práticas, com isto dificultando grandemente o seu tratamento crítico. Por trás do próprio produtivismo, contudo, há ainda algo mais profundo, de caráter estrutural: as dinâmicas do capitalismo contemporâneo, e, em particular, as características do neoliberalismo e seus efeitos sobre as instituições de produção de conhecimento científico.

Palavras-chave: orientação acadêmica, coautoria, produtivismo acadêmico, ética na pesquisa.

Abstract

The relationship between supervisor and student is known to be asymmetrical, and not only from the point of view of professional experience: as far as power relations are concerned, the room for manoeuvre a young researcher has to say "no" to his or her supervisor is often small, for various reasons. This creates a fragility that a senior (and more influential) researcher should not, under any circumstances, take advantage of. However, the increasingly widespread way how advisors have been seen as "automatic co-authors" of articles submitted by their students to conferences or journals raises several questions about the ethical consistency of professional behaviour in our academic settings. Far from intending to conduct this discussion in moralistic terms, we intend to emphasise the general context of *academic productivism* that has been engendering a behavioural pattern increasingly marked on the part of academic supervisors by a questionable appropriation of a portion of the authorship, while the students' behaviour often present by a dimension of "voluntary servitude" that leads to the naturalization of certain practices, thus greatly hindering their critical treatment. Behind productivism itself, however, there is still something deeper and structural: the dynamics of contemporary capitalism, and in particular the characteristics of neoliberalism and their effects on the institutions where the production of scientific knowledge takes place.

Keywords: academic supervision, co-authorship, academic productivism, research ethics.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Resumen

La relación entre docente orientador y estudiante es, sabidamente, asimétrica, y no sólo desde el punto de vista de la experiencia profesional: en materia de relaciones de poder, el margen de maniobra de que un joven investigador dispone para decir "no" a un orientador es en general pequeño, por varias razones. Esto genera una fragilidad de la que el investigador con más experiencia (e influencia) no debería, en ninguna hipótesis, aprovecharse. Sin embargo, está cada vez más diseminada la conversión de directores de tesis y monografías académicas en "coautores automáticos" de los artículos que sus estudiantes someten a congresos o periódicos, y esto suscita varias cuestiones a propósito de la consistencia ética de los comportamientos profesionales en nuestros ambientes académicos. Lejos, sin embargo, de pretender conducir la discusión en términos moralistas, pretendemos subrayar el contexto general del *productivismo académico*, que viene engendrando un patrón de comportamiento crecientemente marcado, por parte de docentes orientadores, por una cuestionable apropiación de una parte de la responsabilidad autoral, mientras que, en lo que se refiere a los estudiantes, a menudo se percibe una dimensión de "servidumbre voluntaria" que lleva a la naturalización de determinadas prácticas, con ello dificultando grandemente su tratamiento crítico. Por detrás del propio productivismo, sin embargo, hay todavía algo más profundo y estructural: las dinámicas del capitalismo contemporáneo, y en particular las características del neoliberalismo y sus efectos sobre las instituciones de producción de conocimiento científico.

Palabras clave: tutoría académica, coautoría, productivismo académico, ética de la investigación.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Introdução: usos e abusos de uma relação assimétrica

A ciência moderna não é um empreendimento para sábios solitários. Ela não se faz sem uma cooperação, direta e indireta, com graus variáveis de intensidade, entre colegas que, geográfica e institucionalmente, estão mais ou menos próximos, mais ou menos distantes. Isto significa que as parcerias, mais do que desejáveis e bem-vindas, são imprescindíveis.

No entanto, há parcerias e parcerias. Algumas são, ao menos formalmente, "horizontais", porque se estabelecem entre profissionais que são professores e pesquisadores concursados e empregados, com significativa estabilidade laboral. Esta "horizontalidade", claro, às vezes, é um tanto formal, porque hierarquias informais ligadas ao prestígio, à reputação e à influência condicionam algum nível de dependência real ou latente. Apesar disso, dificilmente se poderia comparar esse tipo de relação, no geral, com aquela entre orientadores e orientandos. Queiramos ou não, há aí uma dimensão intrínseca de "verticalidade", dada pela dependência formal e também pelas expectativas (de benefícios futuros) e receios concretos (de retaliação) que, em princípio, acompanham este tipo de laço.

Um problema dos mais relevantes é aquele que temos visto, nos últimos anos, com a proliferação de uma prática condenável por diversas razões: *a conversão de orientadores em "coautores natos" dos artigos que seus orientandos submetem a congressos ou periódicos*. Questionar esta prática é a finalidade deste artigo.

O problema de que tratamos, aliás, vai, aos poucos, ganhando contornos de prática cada vez mais institucionalizada, em sentido forte. Podemos, com efeito, apontar a existência de uma modalidade especialmente rígida e difícil de ser combatida de relação "vertical" entre orientador e orientando, no tocante à questão das coautorias. Ela vem na esteira da exigência formal, por parte de alguns programas de pós-graduação, para que os pós-graduandos aceitem que os orientadores figurem, automaticamente, como coautores de toda e qualquer publicação discente. Considerando que os regimentos internos dos programas de pós-graduação são elaborados e ratificados pelo corpo docente com uma mínima participação dos alunos, tais regimentos podem facilmente se tornar instrumentos de uma "despersonalização" e, assim, de uma (pseudo)legitimação burocrática das práticas que queremos problematizar neste artigo - sem contar a sua quase imposição a alguns professores que, em princípio, por razões éticas, nem sequer concordam com elas.

A relação entre orientador e orientando é *assimétrica*: a margem de manobra de que um(a) jovem pesquisador(a) dispõe para dizer "não" a um(a) orientador(a) é, o mais das vezes, pequena, por várias razões. É razoável imaginar que um orientando,

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

tipicamente, só irá contrariar uma solicitação de um orientador em duas situações: 1) quando estiverem em jogo apenas pequenas divergências referentes ao próprio trabalho do orientando (monografia/trabalho de conclusão de curso, dissertação ou tese), caso em que o orientando, de forma geral, não terá medo de externar, ainda que com diplomacia, seu ponto de vista discordante; 2) em casos graves de assédio moral ou sexual, pois se tratará, então, de um quadro comumente insustentável (e, ainda assim, não raro, o temor de represálias leva ao silêncio, até mesmo em tais circunstâncias). Já em outras situações, seja por receio ou por algum tipo de interpretação equivocada, orientandos dificilmente se insurgirão contra solicitações ou exigências de seus orientadores, mesmo quando estas extrapolam o limite da ética. Uma recusa de tal ordem se torna quase inviável quando a prática é institucionalizada pelo programa de pós-graduação, pois a recusa colocaria em risco a própria conclusão do curso pelo aluno.

No bojo de um vínculo assimétrico referendado pelas próprias instituições e seus estatutos, verifica-se uma relação de dominação que, como coloca Pierre Bourdieu (2015), se faz, desfaz e refaz na e pela interação entre as pessoas, sendo que as formações sociais mediatizadas por mecanismos objetivos e institucionalizados, responsáveis por "objetificar" o capital social acumulado, escapam, em geral, à influência da consciência e do poder individuais. Desse modo, as relações de poder e dependência deixam de se estabelecer diretamente entre indivíduos, instaurando-se na própria objetividade, ou seja, *nas instituições*, que garantem os mecanismos sociais que produzem o valor social de uma determinada prática. Isto nos ajuda a compreender que até mesmo uma crítica de base ética não pode ficar refém de explicações moralistas, pois o que está sendo interpelado são processos e dinâmicas com graus diversos de institucionalização nos marcos de uma universidade cada vez mais submetida às lógicas da mercantilização e da burocratização (SOUZA, 2015).

As críticas e as sugestões que se acham nestas páginas são frutos de uma combinação de experiências, derivadas de posições diferentes (neste momento, um dos autores é um professor titular, dois são doutorandos e um é mestrando) e, também, de interpretações e pontos de vista que se complementam. Em comum, entre os quatro autores, há uma indignação e uma preocupação crescentes, além de uma convicção: se as práticas antiéticas e abusivas de exploração do trabalho de uns por outros, no meio acadêmico, persistirem e se ampliarem ainda mais, isto fará um grande mal para um ambiente de trabalho e convívio já tão assolado por problemas outros, como a escassez de recursos para o ensino e a pesquisa, a falta de perspectivas profissionais e a deterioração institucional. Diante desse quadro, devemos, no mínimo, agir corretamente entre nós, cabendo aos pesquisadores mais velhos e experientes dar o exemplo para as gerações mais novas.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

"Quanto vale o meu tempo?"

Não é em qualquer sociedade que fornecer uma ajuda, dar um conselho e oferecer préstimos faz suscitar o pensamento: "e quanto eu levo nisso?". Vivemos, porém, imersos na tirania crescente do mundo da mercadoria, em que se expande o universo das coisas e relações aparentemente "precificáveis" e mercantilizáveis, sejam elas tangíveis ou intangíveis: a beleza cênica, a saúde, a educação, a água potável, a "honra"... Como diz o (malfadado) ditado popular, sempre atual: "se conselho fosse bom, a gente não dava, vendia". Por mais que isto não seja conscientemente articulado, tem-se a impressão de que tudo se passa como se não poucos orientadores acadêmicos estivessem levando ao pé da letra o velho ditado, com a peculiaridade de que o "pagamento" vem sob a forma de alguns pontos a mais no currículo Lattes, graças à inserção de seus nomes como autores secundários dos trabalhos derivados das dissertações e teses (ou também monografias/trabalhos de conclusão de curso) de seus orientandos.

O que parece estar oculto nas entrelinhas dos artigos que seguem essa lógica? Não por coincidência, a inclusão dos nomes dos orientadores com o objetivo de ampliar a pontuação dos seus currículos não pode ser dissociada do contexto geral do *produtivismo acadêmico*. Este produtivismo incentiva, por parte dos pesquisadores, a incorporação e a reprodução de atitudes oportunistas e utilitaristas que não deveriam ter lugar na vida acadêmica. No entanto, elas não só têm lugar como, ainda por cima, se difundem, transformando-se em rotina e sendo "naturalizadas". Uns e outros - os que mais diretamente se beneficiam e, lamentavelmente, também alguns dos que são prejudicados - acreditam que, dessa forma, conquistarão uma melhor posição no cenário acadêmico. Esta "astúcia", porém, tem um custo elevado no que tange à convivência nas e à consistência das instituições, ou mesmo à credibilidade destas.

Ao estimular os pesquisadores-orientadores a possuírem como seu objetivo o "publicar, publicar e publicar", o produtivismo faz com que "engordar" o Lattes seja convertido em uma finalidade perseguida com cada vez menos escrúpulos éticos e custe o que custar. Aquilo que mal chega a ser um meio converte-se em um fim em si mesmo. A lógica do produtivismo subtrai e solapa algumas características intrínsecas ao saber/fazer científico - como a *reflexão* e a *criticidade* -, e, em decorrência disto, colabora para reduzir drasticamente as possibilidades de produzir aperfeiçoamento e inovação que sejam promotores de avanços científico e social, e não o contrário, como parecem acreditar os obcecados pela quantidade e os fetichistas de estatísticas.

A relação mercadológica que vai se tornando hegemônica nos processos de produção e transmissão de conhecimento é, acima de tudo, uma relação privatista, e parece que nada escapa aos fluxos privatistas. A socialização do trabalho intelectual, que precisa também se basear em relações de confiança, respeito e admiração (entre orientadores e orientandos, entre professores e alunos e entre colegas), se vê ameaçada pela apropriação privada e até mesmo pela usurpação das ideias. Algo que não parece estar sendo percebido com toda a sua clareza, no cotidiano de nossas instituições universitárias, é que, inclusive, *se vai ferindo o próprio direito de propriedade intelectual, nos termos da lei.* Observemos, pois, o que diz o primeiro parágrafo do Art. 15 da legislação brasileira em vigor sobre direitos autorais (Lei 9610/98): "§ 1º Não se considera coautor quem simplesmente auxiliou o autor na produção da obra literária, artística ou científica, revendo-a, atualizando-a, bem como fiscalizando ou dirigindo sua edição ou apresentação por qualquer meio".

Mais especificamente, no que tange à produção científica, entidades nacionais e internacionais, em diversas áreas, vêm debatendo e se pronunciando sobre essa problemática, mesmo que ainda de maneira tímida, em certos casos. No Brasil, podemos citar a portaria baixada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a PO 085/2011, de 5 de maio de 2011, que instituiu a Comissão de Integridade de Pesquisa para avaliar questões que versem sobre condutas inadequadas ou reprováveis, tratando desde casos de falsificação, plágio e autoplágio até manipulações de resultados. Para lidar com situações como estas ou semelhantes, duas linhas de ação são recomendadas: 1) ações preventivas e pedagógicas; 2) ações de desestímulo a más condutas, inclusive de natureza punitiva. A partir destes eixos, 21 diretrizes foram elaboradas. Para as finalidades do presente artigo, chamamos a atenção para os seguintes pontos:

> *(16) A inclusão de autores no manuscrito deve ser discutida antes de começar a colaboração e deve se fundamentar em orientações já estabelecidas, tais como as do International Committee of Medical Journal Editors.*
>
> *(17) Somente as pessoas que emprestaram contribuição significativa ao trabalho merecem autoria em um manuscrito. Por contribuição significativa entende-se realização de experimentos, participação na elaboração do planejamento experimental, análise de resultados ou elaboração do corpo do manuscrito. Empréstimo de equipamentos, obtenção de financiamento ou supervisão geral, por si só não justificam a inclusão de novos autores, que devem ser objeto de agradecimento.*
>
> *(18) A colaboração entre docentes e estudantes deve seguir os mesmos critérios. Os supervisores devem cuidar para que não se incluam na autoria estudantes com pequena ou nenhuma contribuição nem excluir aqueles que efetivamente participaram do trabalho. Autoria fantasma em ciência é eticamente inaceitável.*

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

> *(19) Todos os autores de um trabalho são responsáveis pela veracidade e idoneidade do trabalho, cabendo ao primeiro autor e ao autor correspondente responsabilidade integral, e aos demais autores responsabilidade pelas suas contribuições individuais.*
>
> *(20) Os autores devem ser capazes de descrever, quando solicitados, a sua contribuição pessoal ao trabalho [...] (CNPq, 2011, grifo nosso).*

Que não se pense, porém, que a referida problemática constitui uma peculiaridade brasileira. Longe disso. O problema que suscita esse debate ético(-político) existe em muitíssimos outros lugares. A produção científica nacional é somente um deles. Isto pode ser exemplificado pela sintomática iniciativa do International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE) - citada, aliás, como se viu acima, no ponto 16 do relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq, que a toma como modelo a ser seguido. No âmbito do referido Committee, a discussão sobre a problemática da coautoria indevida (ou "autoria fantasma", nos termos empregados pelo comitê) ensejou recomendações que buscam efetivar uma rotina ética por meio de normas claras e objetivas para a definição de quem é autor de uma publicação. Vejamos o que consta nas *Guidelines on authorship*:

> *Cada autor deve ter participado suficientemente da publicação e assumir a responsabilidade pelo conteúdo. Essa participação deve incluir: (a) concepção ou desenho, ou análise e interpretação de dados, ou ambos; (b) redigir o artigo ou revisá-lo para fins do conteúdo; (c) por fim, aprovar a versão que será publicada. A participação unicamente na coleta de dados não justifica o enquadramento como autor (INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS, 1985, p. 722).*[1]

Talvez não seja mais óbvio, para muita gente, hoje em dia, e, por isso mesmo, é algo que, para nós, autores do presente artigo, continua a ser evidente e precisa ser afirmado: *de um orientador se espera que ele oriente*. Talvez numa época como a nossa, em que são crescentes as queixas de orientandos de que seus orientadores "não têm tempo" para eles e "não orientam", muitos orientadores tenham passado a ver como "natural" a exigência de uma contrapartida adicional ao salário que já ganham (sem esquecer que, a cada trabalho defendido com sucesso por um orientando, seu currículo se amplia). A ironia, assim, é múltipla:

1) Pode alguém que recebe um salário - e possui o dever de orientar um aluno que aceitou orientar - exigir uma contrapartida sob a forma de "não se esqueça de colocar o meu nome como segundo autor"? Afinal, não é obrigação de um orientador, justamente, *orientar* (aconselhar, criticar, sugerir etc.)?

[1] Em inglês, no original: "Each author should have participated sufficiently in the work to take public responsibility for the content. This participation must include: (a) conception or design, or analysis and interpretation of data, or both; (b) drafting the article or revising it for critically important intellectual content; and (c) final approval of the version to be published. Participation solely in the collection of data does not justify authorship."

2) Não é tragicômico que, ao menos em parte dos casos, precisamente quem pouco ou mal orientou ainda queira, adicionalmente, ter o seu nome inserido como coautor de trabalhos derivados do trabalho original do orientando?

O produtivismo é uma decorrência de características sistêmicas, e não uma mazela moral que exista no plano puramente pessoal (voltaremos a isto na próxima seção). Entretanto, é preciso que fique claro que, se os indivíduos que a ele aderem nada ganhassem com isso, não adeririam ou, pelo menos, resistiriam muito mais do que parece estar sendo o caso. Ao inflacionar indevidamente o currículo à custa dos trabalhos de orientandos de pós-graduação e até mesmo de graduação, pesquisadores podem não ter ganhos pecuniários diretos, mas os *ganhos materiais indiretos* não deixam, por isso, de existir. Para ficar em um único exemplo: ao aumentarem as chances de melhor avaliação do currículo quando dos processos de promoção ao longo da carreira acadêmica, no âmbito de seus departamentos (progressão de professor adjunto 1 para 2 etc., ou do nível de adjunto para o de associado, até chegarmos à promoção a titular), os professores universitários estão, ao mesmo tempo, aumentando as probabilidades de melhoria salarial.

Valer-se de uma posição privilegiada (formalmente e, na prática, várias vezes, também informalmente ou de modo latente, devido à influência e ao poder) para demandar algo assim de um orientando caracteriza uma situação de *exploração*. Isto justifica o que um de nós (Marcelo Lopes de Souza), há vários anos, vem chamando de "extração de mais-valia acadêmica", em analogia com o processo econômico de exploração do trabalho que é a marca registrada das sociedades capitalistas. Mais do que isso, trata-se de uma covardia, pois o orientando raramente terá condições de não aceitar esse tipo de espoliação.

O tempo de cada um de nós é precioso, sem dúvida. Ou, pelo menos, temos o direito de assim julgá-lo. Por isso mesmo, cumpre respeitar o investimento de tempo e o grande esforço feitos pelos orientandos, sem pretender tirar vantagens abusivas da atenção que orientadores dedicam (ou deveriam dedicar) aos seus alunos.

Contra a culpabilização generalizada (e a "servidão voluntária")

Apesar de tudo o que dissemos acima, há várias relativizações a serem feitas, assim como há cuidados a serem tomados. Não é nossa intenção contribuir para que se inicie uma cruzada moralista pouco racional, e, tampouco, pretendemos oferecer argumentos que possam servir para justificar, sob uma hipócrita ou cínica alegação de "combate às fraudes", cortes ainda maiores de recursos para a pesquisa por parte das agências de fomento. Muito

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

menos acreditamos que uma verdadeira solução possa ser imposta autoritariamente. Para além do fato de que, como é evidente, não são todos os orientadores que abusam de sua relação de confiança e poder com os orientandos, há também vários outros aspectos que precisam ser levados em conta para se evitarem injustiças ou ingenuidade.

Um primeiro cuidado a ser tomado, a fim de evitarmos interpretações panfletárias e desinformadas, é que não podemos ignorar que há diferenças significativas entre as áreas do conhecimento. Mais especificamente, as condições materiais da pesquisa científica variam muito. A questão da "autoralidade" possui, é bem verdade, alguns aspectos universais (e é isto que justifica este nosso artigo), mas há peculiaridades nas ciências da natureza ou na pesquisa tecnológica, assim como também há peculiaridades nas ciências da sociedade. A geografia, campo disciplinar ao qual se vinculam os autores deste artigo, por "sentar-se em duas cadeiras" ao mesmo tempo - o estudo da sociedade e o estudo da natureza -, apresenta uma grande diversidade de comportamentos e visões no seu próprio interior, o que nos permite visualizar melhor a heterogeneidade do quadro geral, ou seja, do universo científico como um todo. Até certo ponto, podemos tranquilamente dizer, seria absurdo e autoritário pretender homogeneizar os procedimentos, uma vez que as condições e o dia a dia da pesquisa não são idênticos.

Uma das grandes diferenças entre pesquisa natural e pesquisa social tem a ver, via de regra, com os recursos movimentados, comumente muito maiores no primeiro caso, o que se refere não apenas às necessidades distintas em matéria de recursos, derivadas dos custos desiguais no que concerne a equipamentos e insumos, mas também à frequente subvalorização da pesquisa social, conforme salientado por Souza (2015:18-19). Esta diferença se reflete, entre outras coisas, na dependência crescente das ciências da natureza, seus laboratórios e pesquisadores, para com grandes empresas capitalistas: fenômeno experimentado há muitos anos e crescentemente sentido, espaços de pesquisa médica, química, farmacológica etc. são "cooptados" por corporações capitalistas, o que têm reduzido as universidades ao papel de subcontratadas a serviço de empresas cuja motivação essencial é a geração de lucros, e não o bem-estar coletivo. Com efeito, os financiamentos privados têm se tornado mais volumosos nas universidades, ocupando o espaço das minguantes verbas públicas destinadas às atividades de pesquisa. Se a aquisição de equipamentos e insumos (de reagentes a cobaias, de livros a instrumentos diversos) se torna mais dependente de interesses privados, não é difícil imaginar as consequências: em vez de a agenda ser estabelecida em função de interesses ligados à resolução de problemas coletivos, esta será, isso sim, sempre refém das prioridades de firmas particulares. Esta dependência não é, nem de longe, tão grande no caso das pesquisas sociais, cujo destino tem sido, em parte, pura e simplesmente, a negligência e o subfinanciamento crescentes.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

A economia capitalista, que começou com a conversão da terra e do trabalho em mercadorias, como se fossem produzidos para a venda, vem cada vez mais demolindo as barreiras do supostamente não mercantilizado: a mercantilização, nos dias atuais, atinge a produção e a socialização do conhecimento, de modo mais intenso. Percebe-se mais e mais que "em vez de o sistema econômico enraizar-se nas relações sociais, estas passaram a se enraizar no sistema econômico", como Karl Polanyi (2012, p. 221) já havia registrado, em um plano bastante geral, muitas décadas atrás. Como tudo aquilo que passa a ser tratado como mera mercadoria, também no caso da produção de conhecimento, restrições de ordem ética tendem a ser paulatinamente afrouxadas, e travas morais são abandonadas sempre que forem percebidas como um obstáculo à realização de ganhos (individuais e institucionais).

À luz dessa dinâmica, fica fácil perceber, por exemplo, que os crescentes casos de plágio e autoplágio não são acontecimentos "acidentais" ou "desvios" totalmente explicáveis ao nível da personalidade e do caráter de cada indivíduo. Pelo contrário: o produtivismo – ele próprio resultado da lógica do capitalismo (sobretudo, em sua versão neoliberal) – pressiona cada pesquisador e todos os pesquisadores para que se adaptem, de maneira acrítica, à mentalidade do "publicar, publicar, publicar...". Não deveria ser difícil intuir que, nessas circunstâncias, os limites éticos tendem a ser relativizados e sacrificados. Cada regime social produz o seu próprio "regime de moralidades", e o neoliberalismo vem produzindo, como seus subprodutos, cinismo e comportamentos predatórios e parasitários. Com isto, não queremos dizer que não houve ou não haja espaços comprometidos com um saber/fazer científico responsável, coerente e que "nade contra" a corrente hegemônica, ou mesmo que a universidade seja uma "luta perdida", não sendo possível nenhuma resistência política em seu interior. Se assim fosse, não escreveríamos este artigo. O fato, porém, é que cada vez menos a universidade escapa à lógica da mercantilização descortinada por Souza (2015), com consequências desagradáveis e deploráveis como as que vimos discutindo nestas páginas.

Seja como for, é necessário compreender que, na pesquisa empírica, a colaboração para se gerar um resultado (por exemplo, para se proceder a um experimento numa bancada de laboratório), muitas vezes, possuirá facetas bem distintas do trabalho de reflexão teórico-conceitual, que, usualmente, possui um quinhão de "autoralidade individual" muito mais acentuado. Isto não é pretexto para se simplificar as diferenças entre pesquisa natural e social, já que as ciências da sociedade também fazem pesquisas empíricas que, não raro, demandam bastante colaboração (como trabalhos de campo mais custosos e penosos), da mesma maneira que, em contrapartida, as ciências da natureza não estão isentas de uma dimensão de reflexão teórica fortemente marcada, ainda na atualidade, pela "autoralidade individual" (como o demonstram os processos de criação e imaginação na física matemática).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

De todo modo, o que importa é conceber que os cotidianos de trabalho científico podem ser bastante diferentes, e apenas aqueles realmente envolvidos com as condições concretas de produção científica em cada campo terão plenas condições de julgar, com conhecimento de causa, o que constitui ou não uma atribuição abusiva de coautoria.

Uma ponderação adicional, a nosso ver, relevante para mostrar que acusações generalizadas e atinentes a um plano puramente individual, a propósito dos orientadores, seriam, muitas vezes, injustas, refere-se a um problema de difícil equacionamento. Todos nós sabemos das dificuldades de redação e formulação de ideias dos jovens de hoje, notadamente em um país como o Brasil - e não apenas no que concerne àqueles egressos do ensino público! Em muitos casos, sacrificando o tempo que poderiam estar dedicando a leituras e à preparação de aulas etc., orientadores são forçados a praticamente "pegarem na mão" de orientandos, se não quiserem que o texto final de um trabalho de conclusão de curso, de uma dissertação ou de uma tese venha coalhado de erros de português e com uma redação confusa. Se isto se aplica aos trabalhos de conclusão de curso, às dissertações e às teses, com tanta ou mais razão, se aplica a eventuais artigos. Parece residir aí, ao menos em situações em que a intervenção do orientador, com suas correções, tenha sido mais intensa, uma justificativa ética para que se entenda a parceria em questão como constituindo uma coautoria. Eis, portanto, uma espécie de "zona cinzenta": por um lado, esse investimento de energia e atenção do orientador, obrigado praticamente a reescrever ou reformular frases e parágrafos inteiros de um texto, deveria ser reconhecido e recompensado; por outro lado, qual seria o limite intelectual e eticamente aceitável entre uma orientação, quanto à forma e ao estilo, e uma efetiva coautoria? Em muitos casos, o mais lógico seria que o aluno, em publicando sozinho, agradecesse com a devida ênfase ao orientador em uma nota (infelizmente, nossos alunos e também muitos pesquisadores experientes não têm esse hábito, em contraste, por exemplo, com os países anglófonos, em que os agradecimentos formais ocupam generosas notas de rodapé e, no caso de livros, não raro, mais de uma página). Entretanto, é dever de justiça reconhecer que é legítimo que um orientador que reescreveu e reformulou partes inteiras de um texto se veja no direito de solicitar a inclusão de seu nome como segundo autor. O ideal, evidentemente, seria que "ensinar a escrever com clareza" não fosse necessário, ao menos na pós-graduação - até mesmo para que os orientadores ficassem menos sobrecarregados. Lamentavelmente, uma coisa é o ideal e outra coisa é a realidade, e esta discrepância não é compatível com julgamentos fáceis.

Assim como seria injusta uma culpabilização generalizada dos orientadores, e que, ainda por cima, desconhecesse as particularidades de cada área do conhecimento e cada situação de pesquisa concreta, seria ingênuo imaginarmos que os orientandos são sempre

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

matéria passiva e totalmente inocente nas mãos de supostos orientadores malévolos e de instituições corrompidas. As deformações, infelizmente, possuem já uma capilaridade que talvez não gostemos de admitir, mas que nem por isso deixa de existir. Identificá-la faz parte da tarefa de enfrentar essas deformações, tais como as entendemos.

Como a experiência nos tem mostrado, muitos orientandos parecem não se sentir propriamente explorados, mas sim "honrados" com a possibilidade de terem o nome do orientador ao lado do seu em um artigo, ainda que o orientador nada mais tenha feito que cumprir a sua obrigação, ou seja, orientar. Isto não é diferente, na essência, da situação em que um doutorando é, digamos, "convidado" por seu orientador a ser, informalmente, um coorientador de mestrandos ou graduandos, ou para coministrar (ou até ministrar sozinho!) aulas na graduação - sentindo-se, com isso, lisonjeado com a "confiança" do seu orientador, quando não "empoderado" perante os demais estudantes. Quem de nós já não testemunhou ou tomou conhecimento de casos assim?

Em 1548, um jovem francês de dezoito anos de idade, estudante de Direito, chamado Étienne de la Boétie, propôs uma fórmula para explicar o consentimento que tantos e tantos indivíduos dão para as condições de dominação e sujeição que sofrem, e sem o qual estas não existiriam: *servidão voluntária* (De la BOÉTIE, 1982). De onde vem a servidão voluntária? Para De la Boétie, de três fontes básicas: 1) da circunstância de que os indivíduos, não tendo conhecido outra realidade que não a da submissão, a encaram como natural e a aceitam como que instintivamente; 2) do fato de que a submissão, no longo prazo, produz pusilanimidade, tibieza, pouco desejo de se insurgir; e 3) da existência de uma teia complexa de favores e dependências, em que indivíduos investidos de posições de poder e autoridade transferem autoridade e outorgam benesses a um círculo de pessoas que venderão sua lealdade em troca de vantagens no presente e da expectativa de vantagens no futuro, sendo que estas pessoas farão o mesmo com outros tantos que lhes serão subordinados, e assim sucessivamente, em camadas e mais camadas de cumplicidade. "Cumplicidade", aliás, é também uma noção enfatizada por um autor contemporâneo, o sociólogo Pierre Bourdieu: para ele, o sistema de produção dos bens simbólicos desempenha funções ideológicas pelo fato de que mantém escondidos os mecanismos pelos quais eles contribuem para a reprodução da ordem social e a permanência das relações de dominação (BOURDIEU, 2015). Como ele afirmou, "os efeitos ideológicos mais óbvios são aqueles que, para se exercerem, não precisam de palavras, mas do silêncio cúmplice" (BOURDIEU, 2015, p. 200). Essa "cumplicidade", ou a dimensão de "servidão voluntária", não elimina, por certo, a assimetria e a dominação, que se valem, inclusive, da desinformação e da manipulação da informação. Mas seria, em todo caso, importante evitar a interpretação segundo a qual

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

os orientandos engolidos pelos mecanismos de "extração de mais-valia acadêmica" nunca sabem o que fazem, ou, em outras palavras, são sempre vítimas completamente inocentes.[2]

A perpetuação e a propagação da assunção do orientador como coautor nato vêm sendo fortalecidas por um comportamento de imitação sem reflexão, que se baseia em um desconhecimento generalizado (entre orientadores e orientandos) das regras autorais e da "etiqueta acadêmica". A falta de reflexão pode se apoiar na comodidade de participação em um jogo no qual, supostamente, todos ganham – o que, muitas vezes, não passará de uma ilusão. Há quem ache que o nome do orientador pode ajudar a "turbinar" o seu currículo, e o próprio orientador pode, em alguns casos, sugerir que o seu nome possa "proteger" o orientando ou "abrir caminho" para este. Descontadas as raras situações em que algo assim pode mais ou menos se justificar, como deveríamos interpretar isto, em geral, senão como uma mescla de oportunismo (às vezes, de ambas as partes) com autoengano (de ambas as partes?).

Por outro lado, naqueles casos em que uma autêntica parceria autoral tiver lugar entre orientadores e orientandos, é lógico que isto necessita ser formalmente reconhecido. Na maioria dos casos, a questão é, em sua essência, de foro íntimo para os orientadores, pois frequentemente não será viável estabelecer uma fronteira nítida entre o "simples" aconselhamento, típico da *parceria de orientação*, e o elaborar e redigir em conjunto, característico da *parceria de coautoria*. A sensatez e o senso ético devem presidir as escolhas e os acordos, não sendo, afinal de contas, justo que se deite uma desconfiança generalizada sobre todos os trabalhos assinados em coautoria por um orientando e seu orientador. Uma sugestão prática, a esse respeito: para que não haja dúvidas, seria conveniente que,

[2] A título de experimentação, um de nós, no dia 25/05/2018, iniciou uma pesquisa de opinião (que durou 48 horas) em um fórum on-line formado por estudantes de pós-graduação de diversas instituições brasileiras contemplados por bolsas da CAPES. Foi formulada a seguinte pergunta: "Qual é a opinião de vocês sobre o orientador entrar como coautor nos artigos do orientando?". Sem pretender, de modo algum, sugerir que as respostas oferecidas tenham sido representativas do universo (pois não teríamos como garantir isto), pareceu-nos evidente, de toda maneira, que uma boa parcela das respostas revelou certa ingenuidade, para dizer o mínimo. Alguns exemplos: "[No meu programa] o orientador vai como coautor. O aluno não pode publicar sem a aprovação dele, e quem submete é o orientador."; "Sempre boto orientador e coorientador como coautores. Saio submetendo sem dó. Muitas vezes, eles nem olham... Parceria total, sem ego."; "Se a orientação só existir "no papel" ou existir apenas pontualmente, sem grande relevância para o resultado, acho que não tem que botar é nada... Só se for uma revista esnobe ou badalada, e isso sabidamente ajudar na "publiqueixom""; "Meu orientador sempre foi muito parceiro, e todas as ideias que ele criava, compartilhava comigo pra tentarmos fazer dar certo... Tenho uma admiração profunda por ele... Quanto aos artigos, acredito que todos os orientadores tenham de ser coautores, o próprio programa exige isto."; "No meu programa de pós-graduação [...], a exigência de publicação junto com o orientador estava no regimento do curso, porque, para o programa subir de nota ou mesmo manter a nota atual junto à CAPES, os docentes do programa também precisam publicar... [...] O meu orientador de mestrado e doutorado participou de todas as fases, não teria porque não incluí-lo... Além disso, temos que ter consciência também de que concluirmos nossa pós em um programa bem conceituado também é interessante para nosso currículo profissional, e, para isso, a colaboração da publicação docente também conta muito..."; "Ele [o orientador] como coautor, ok... O ruim é ele querer colocar meio mundo de gente que não contribuiu em nada com minha escrita."

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

numa situação em que os autores são apenas dois, em que o orientando é o primeiro autor e em que o artigo, capítulo etc. guarde estreita relação com um trabalho do orientando, se esclarecesse devidamente, em uma nota de rodapé, a razão de se julgar legítima esta parceria como uma relação de coautoria.

Sabemos muito bem das dificuldades de se fazer pesquisa no Brasil, em que os pesquisadores têm, ao mesmo tempo, de resolver problemas elementares em seus espaços de trabalho, dedicar tempo a várias outras atividades (nem sempre gratificantes) e buscar financiamentos. Como, porém, isto poderia ser um álibi válido para se aproveitar do tempo e do trabalho alheios, e justamente dos jovens que dependem dos orientadores e neles depositam confiança?! Note-se que, no passado como ainda nos dias presentes, nomes de destaque não precisaram e não precisam valer-se de expedientes antiéticos para fazerem suas carreiras e publicar. Aliás, temos a impressão de que, curiosamente (mas não inexplicavelmente), muitas vezes, são mesmo os pesquisadores menos talentosos ou de menor expressão aqueles que se socorrem sistematicamente da estratégia de "pegar carona" em trabalhos que, a rigor, deveriam ser assinados apenas por seus alunos, os legítimos autores.

Orientadores que se aproveitam, de forma indevida, da inexperiência e da posição vulnerável de seus orientandos, flagrantemente abdicam de sua responsabilidade pedagógica. Nas palavras de Paulo Freire, esta responsabilidade se baseia na consciência da impossibilidade

> *[...] de desunir o ensino dos conteúdos da formação ética dos educandos. De separar prática de teoria, autoridade de liberdade, ignorância de saber, respeito ao professor de respeito aos alunos, ensinar de aprender. Nenhum destes termos pode ser mecanicistamente separado um do outro. Como professor, tanto lido com minha liberdade quanto com minha autoridade em exercício, mas também diretamente com a liberdade dos educandos, que devo respeitar, e com a criação de sua autonomia, bem como com os anseios de construção da autoridade dos educandos. [...] A minha pura fala sobre esses direitos a que não corresponda à sua concretização, não tem sentido (FREIRE, 1996, p. 95).*

Conclusões

Tentamos deixar claro que, com este convite à reflexão, nossa intenção não foi, de modo algum, investir em qualquer moralismo e fazer sensacionalismo, simplificando caricaturalmente um quadro complexo e repleto de sutilezas. Seja salientado, acima de tudo, que o moralismo, quando não é totalmente cego, é, no mínimo, míope, por duas razões básicas: 1) ele tende a desconsiderar as muitas situações específicas, substituindo princípios éticos que devem ser manejados com inteligência e bom senso (e que não eliminam uma análise caso a caso) por juízos peremptórios e dogmáticos, que são aplicados de forma

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

mecânica; 2) ele transfere toda a carga de responsabilidade para o plano individual, não permitindo que se enxergue que os comportamentos e as subjetividades individuais são moldados por condicionamentos sistêmicos e institucionais. O principal fator por trás da exploração de orientandos (bem como do autoplágio e do plágio) não são máculas morais como "descaramento" e congêneres, mas sim o produtivismo e as pressões que dele decorrem. E isto, por sua vez, deriva de algo ainda mais profundo: a transformação que o mundo acadêmico vem sofrendo, globalmente, ao ser submetido, cada vez mais, às lógicas da mercantilização e da burocratização. O oportunismo nada mais é que um senso de oportunidade que, menos ou mais indiferente a imperativos éticos, surge e se dissemina em função das transformações estruturais que têm afetado as universidades na era do capitalismo neoliberal.

Perceber que precisamos ter uma visão de conjunto e uma compreensão mais aprofundada da problemática não quer dizer, por outro lado, que os indivíduos de carne e osso possam ser inteiramente desresponsabilizados. Cada um de nós, por mais restrita que seja a margem de manobra para se insurgir contra o que consideramos errado, geralmente possuirá, pelo menos, a possibilidade de fazer alguma coisa: para começar, ajudar a suscitar um debate entre os pares, como estamos fazendo com o presente artigo. De vários modos, é fácil constatar que o problema que aqui detectamos já se encontra bastante difundido, ao ponto de uma parcela dos próprios alunos "naturalizá-lo" e, por motivos diversos, defender ou tentar justificar a exploração que sofre. (Ora, não é essa mesma a função dos discursos ideológicos - justificar posições ou situações que, de outra forma, se revelariam como indefensáveis? Não há nada de novo no fato de aqueles que sofrem algum tipo de opressão acabarem por defender o sistema opressor.)

Não cultivamos a esperança de que o produtivismo acadêmico possa ser seriamente desafiado sem mobilizações e ações coletivas de repúdio e protesto, baseadas em reflexões e debates que questionem e confrontem os processos de burocratização e mercantilização que ameaçam minar a credibilidade das publicações acadêmicas e restringir mais ainda a contribuição científica que elas possam oferecer para, por exemplo, diminuir as desigualdades sociais e equacionar os problemas ambientais. Não devemos nos esquecer de que a universidade, por maior que seja o seu valor real ou potencial para fazer avançar o conhecimento humano (inclusive, às vezes, a crítica social emancipatória), é uma instituição com origens e dinâmicas bastante elitistas. À luz disso, a sua atual lógica produtivista, por mais que contraste com os elevados e sempre recordados ideais preconizados por Wilhelm von Humboldt e que presidiram a modelagem da universidade moderna, é nada mais que uma adaptação que acompanha a própria mutação do modo de produção capitalista e o papel do Estado nos marcos da hegemonia do neoliberalismo.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Apesar das dificuldades, acreditamos que é possível discutir com franqueza e honestidade, mas também com serenidade, o problemático quadro que abordamos neste artigo. Defender adequadas condições de trabalho para os pesquisadores brasileiros é uma tarefa urgente; mas pensamos que esta tarefa não se restringe à luta por mais recursos, melhores salários, mais bolsas de estudo e melhor infraestrutura. Lutar por um ambiente mais ético e fraterno e menos autoritário ou explorador é, também, uma condição para se conquistar maior legitimidade para aquilo que nós, pesquisadores, fazemos. Além do mais, os pesquisadores mais experientes e profissionalmente já estabilizados precisam dar um *exemplo de conduta* aos pesquisadores mais jovens, que estão em formação tanto intelectualmente quanto em matéria de ética. Colheremos, afinal, aquilo que agora semearmos.

Referências bibliográficas

1. BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença:** contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2015.
2. CNPq. **Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq**. 2011. *On-line*: http://www.cnpq.br/documents/10157/a8927840-2b8f-43b9-8962-5a2ccfa74dda Acesso: 9 de junho de 2018.
3. De la BOÉTIE, Étienne. **Discurso da servidão voluntária.** São Paulo: Brasiliense, 1982 [1548].
4. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
5. INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS. **Guidelines on authorship.** In: *British Medical Journal*, 1985, vol. 291, p. 722. *On-line*: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1416675/pdf/bmjcred00465-0038.pdf Acesso: 9 de junho de 2018.
6. POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
7. SOUZA, Marcelo Lopes de. **Universidades:** burocratização, mercantilização e mediocridade. In: *Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: Escritos de divulgação científica e análise política*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X